

1

2

ATA Nº 24

3 Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove às quatorze horas, reuniram-se
4 na Casa da Cidadania para uma reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, os
5 conselheiros: Rosinete Capistrano Nunes, Tatiane do L. Boppré, Kátia N. C. Bressan, Ceres Helena
6 M. Santos, Maria Apolinária S. de Lardizábal, Gislane R. de M. Pacheco, Teresinha A. F. Zaboti e
7 Sílvia C. Santos. A reunião foi aberta pela Presidente, Sra. Rosinete dando boas vindas a todos os
8 presentes. Em seguida, fez a leitura da ata da reunião anterior sendo a mesma aprovada pelos
9 presentes. Fez a leitura da pauta: **Correspondências recebidas:** SESC: justificando ausência na
10 reunião; SESC: justificando que o suplente está impossibilitado de participar da reunião; Ofício
11 UNISUL indicando a Profª Ivana Marcomim como titular e a Profª Silvana Alves como suplente
12 neste conselho; Informação Lar dos Idosos – Santa Catarina (Ouvidoria); Centro Geriátrico Santa
13 Catarina: mudança de endereço; Correspondência do CEI convidando para Roda de Conversa:
14 Violência Institucional a População Idosa ofertado pela OAB. **Correspondências expedidas:**
15 Ofício nº 09/CMDI/2019 – informando sobre a análise dos documentos pela comissão; Resolução
16 nº 02/CMDI/2019 – criação da comissão de visita e acompanhamento das entidades. **Outros**
17 **assuntos:** Repasse Roda de Conversa; Visita as instituições; Leitura da ata. Os presentes discutiram
18 a questão da representatividade e a importância dos conselheiros nas reuniões. Sra. Rosinete
19 informa que foi recebido um e-mail informando a mudança de local do Lar dos Idosos Santa
20 Catarina e que posteriormente foi recebido um memorando referente a uma denúncia da mesma
21 instituição onde consta que não oferece a estrutura necessária para o acolhimento de idosos,
22 principalmente em relação acessibilidade. O local não possui rampas, possui várias escadas, os
23 cadeirantes e idosos com dificuldades motoras precisam ser carregados por terceiros, bem como
24 outras irregularidades são encontradas. A informante reportou que o estabelecimento não tem alvará
25 de funcionamento. A presidente informou que após o recebimento da denúncia, entrou em contato
26 com a comissão para a realização da visita. Explana a entidade mudou de endereço recentemente,
27 que a casa é de dois pisos, e que os idosos encontram-se no andar superior, com espaço amplo e
28 arejado, onde será instalado um elevador. Coloca que será feito um relatório para posteriormente
29 encaminhar ao Ministério Público. A conselheira Gislane explica que o local precisa de adequações,
30 entretanto a maioria dos idosos residentes da instituição estão acamados, ou seja, são dependentes
31 de outras pessoas. A conselheira Kátia explica que o principal ponto é a acessibilidade, visto que o
32 local possui muitas escadas, mas que em comparação ao local anterior é melhor. Colocou então, que
33 seria importante encaminhar um ofício ao Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária para que as
34 adequações sejam realizadas. Os conselheiros discutiram sobre a questão da fiscalização dos órgãos
35 responsáveis no momento da instalação e abertura de instituições de longa permanência e da
36 burocracia no momento das adequações. A conselheira Teresinha explana que deveria haver uma lei
37 mais rígida para fiscalização de abertura de casas de idosos. A Sra. Gislane explanou que
38 frequentemente o Abrigo dos Velhinhos recebe a visita do COREN – Conselho Regional de
39 Enfermagem para visita a instituição e a mesma já informou a responsável do conselho sobre outras
40 instituições do município. Sra. Teresinha sugere que deveria partir um projeto da prefeitura para
41 uma “creche” para idosos, onde os mesmos ficariam somente durante o período matutino e
42 vespertino. A conselheira Maria Apolinária sugere que seja agendado uma reunião com o prefeito
43 para apresentação do projeto. Sra. Rosinete fez breve explanação sobre a Roda de Conversa sobre
44 Violência Institucional a pessoa idosa ofertado pela OAB no município de Florianópolis ministrada

45 pela Dra. Ariane Angioletti da Comissão de Direito a Pessoa Idosa OAB/SC. Lembra que no ano
46 passado foi entrado em contato e a mesma encaminhou um orçamento para capacitação com os
47 conselheiros e entidades. A presidente questionou se não seria possível a OAB de Tubarão
48 patrocinar a palestra. O conselho encaminhará um ofício e a conselheira Ceres entrará em contato
49 com o presidente da OAB de Tubarão para ver se há a possibilidade. Dando continuidade,
50 explanaram que o relatório deverá ser encaminhado ao Diretor-Presidente da FMDS para ciência e
51 os demais órgãos para medidas cabíveis. A presidente sugere que seja feito um cronograma de
52 visita, entretanto podem ocorrer de aparecer situações urgentes em que não haja tempo hábil para
53 informar a comissão com antecedência. Com a palavra, Sra. Kátia explana sobre a Semana de
54 Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa programada pelo Setor de Grupos e que, em
55 parceria com o SESC, o Sr. José Luiz realizará nos 29 grupos de idosos uma conversa sobre a
56 questão da memorização e demências que surgem a partir dos 60 anos. Nada mais havendo a tratar,
57 deu-se por encerrada esta reunião.